



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Capanema**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

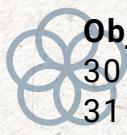
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Capanema (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

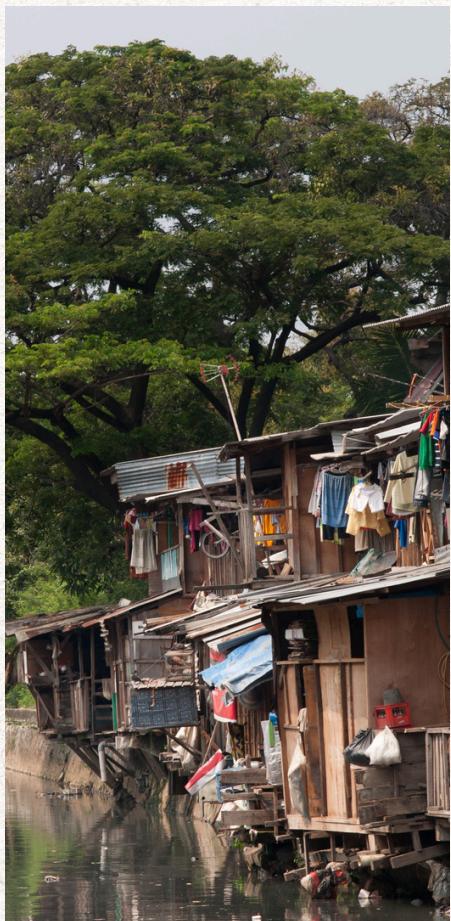


Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, a taxa de pobreza em Capanema manteve-se relativamente estável até 2021, variando de 37,8% em 2019 e 2020 para 39,3% em 2021. Em 2022, houve um aumento expressivo, atingindo o pico de 53,2%, seguido por uma queda significativa em 2023, retornando a 37,9%. A Região de Integração do Rio Caeté seguiu um padrão semelhante, partindo de 53,4% em 2019, caindo para 52,0% em 2020, e voltando a subir em 2021 (52,8%) até atingir 70,4% em 2022, antes de recuar para 53,7% em 2023. No

estado do Pará, o comportamento também foi de relativa estabilidade até 2021, com taxas entre 41,9% e 42,4%, seguido de um salto para 59,2% em 2022, e queda para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

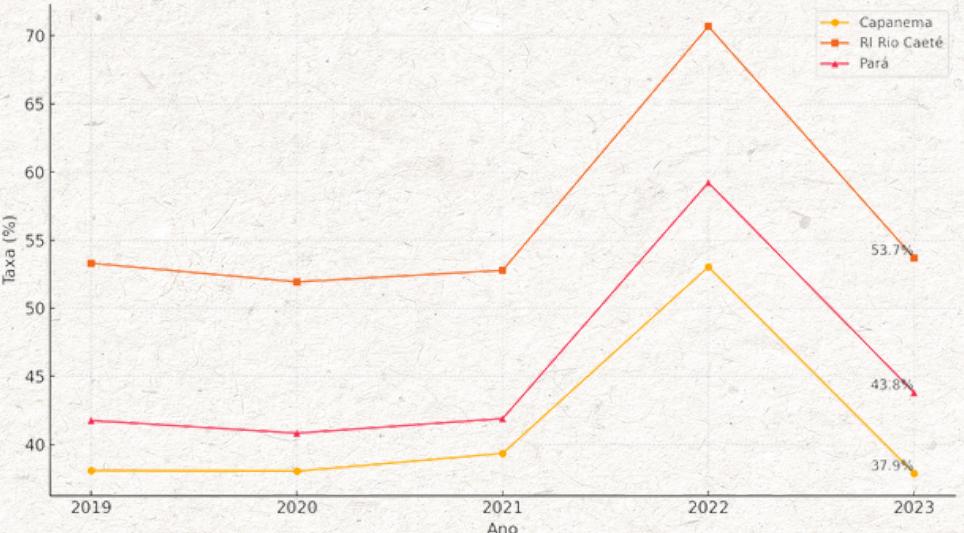
Esse comportamento em todas as três esferas evidencia um impacto conjuntural, provavelmente associado à pandemia da COVID-19 e seus efeitos socioeconômicos, que culminaram no aumento da pobreza em 2022. A posterior redução em 2023 sugere uma retomada econômica ou maior efetividade de políticas pú-





blicas de proteção social nesse período. Apesar da oscilação, observa-se que Capanema encerra 2023 com a menor taxa de pobreza entre os três recortes territoriais analisados (37,9%), enquanto a RI Rio Caeté apresenta a maior (53,7%) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

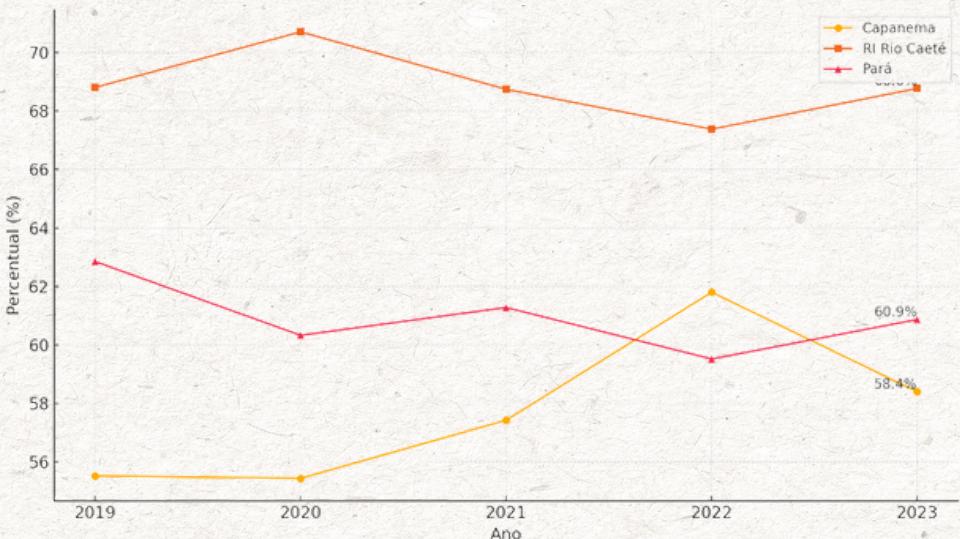
No município de Capanema, as despesas públicas com serviços essenciais mantiveram-se estáveis em torno de 55,5% em 2019 e 2020, iniciando uma trajetória de crescimento em 2021, atingindo 57,4%. Em 2022, houve um pico no indicador, chegando a 61,9%, porém em 2023 ocorreu uma queda para 58,4%. A Região de Integração do Rio Caeté demonstrou uma maior constância, com valores elevados ao longo do período: 68,9% em 2019, pico de 70,7% em 2020, seguido por pequena queda e estabilização próxima de 68,8% em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma tendência oscilante, com queda de 62,8% em 2019 para 60,3% em

2020, seguido por leve recuperação e oscilação até alcançar 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

Assim, observa-se que a RI Rio Caeté mantém consistentemente o maior percentual de despesas públicas dedicadas a serviços essenciais, com pouca variação entre os anos. O estado do Pará, embora apresente valores inferiores à RI, mostra uma estabilidade relativa, enquanto Capanema, apesar da elevação significativa em 2022, apresenta maior volatilidade no período recente, com recuo em 2023, sugerindo possíveis desafios locais na manutenção desses investimentos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2021, a taxa de crianças com baixo peso ao nascer em Capanema oscilou levemente, partindo de 7,0% em 2019, caindo para 6,6% em 2020, e subindo ligeiramente para 6,7% em 2021. No entanto, em 2022, houve um aumento expressivo, atingindo o pico de 9,4%, seguido por uma forte queda em 2023, retornando ao patamar de 7,5%. Na Região de Integração do Rio Caeté, a evolução foi mais gradual: 6,7% em 2019, 6,9% em 2020, 7,4% em 2021, até atingir 8,6% em 2022 e encerrar 2023 com 8,0%. O estado do Pará, por sua vez,

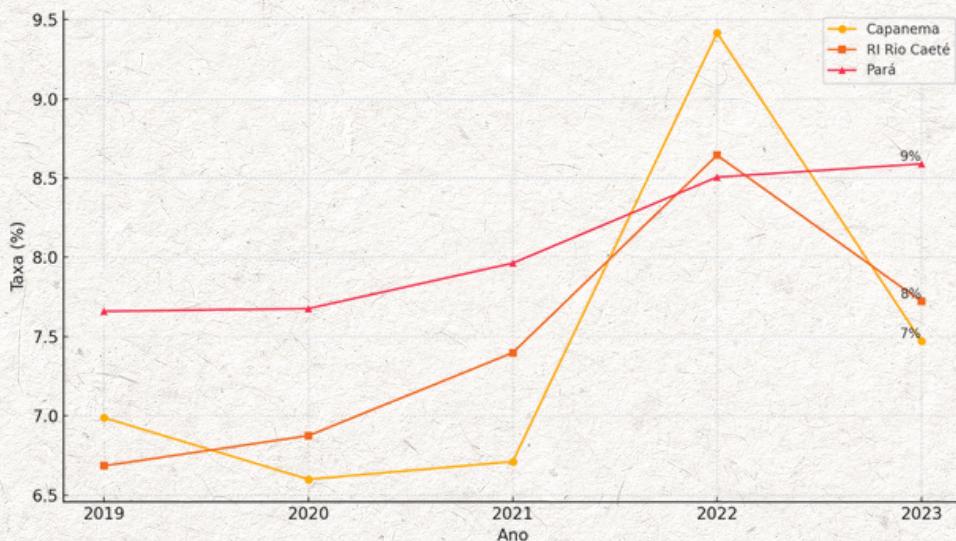
apresentou estabilidade relativa nos primeiros anos (7,7% em 2019 e 2020), crescendo para 7,9% em 2021, 8,5% em 2022 e finalizando 2023 com a maior taxa do período: 9% (Gráfico 3).

Esse comportamento revela uma tendência de aumento da prevalência de nascimentos com baixo peso, mais acentuada em 2022, ano marcado por reflexos ainda significativos da pandemia de COVID-19 sobre os serviços de saúde e as condições socioeconômicas. A queda acentuada em Capanema em 2023 sugere uma possível

melhora nos indicadores de atenção materno-infantil ou nas condições nutricionais da população gestante local. Apesar disso, a RI Rio Caeté e o estado do Pará mantiveram elevações consideráveis, indicando que o problema ainda persiste em escala regional e estadual (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

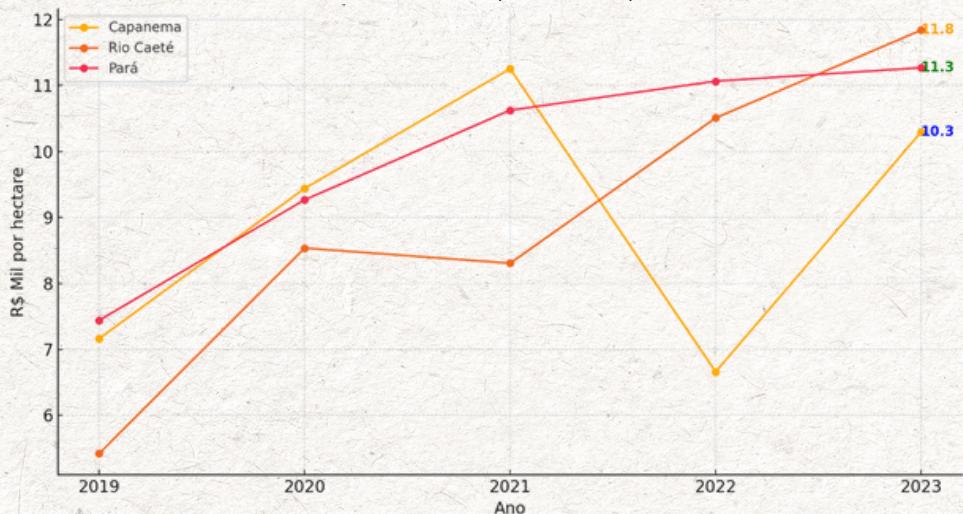


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Capanema apresentou trajetória de crescimento até 2021, saindo de R\$ 7,2 mil/hectare em 2019 para R\$ 9,4 mil/hectare em 2020, e atingindo R\$ 11,3 mil/hectare em 2021. No entanto, houve queda acentuada em 2022, com o indicador recuando para R\$ 6,7 mil/hectare, seguido de recuperação em 2023, atingindo R\$ 10,3 mil/hectare. Já a RI do Rio Caeté teve crescimento contínuo, passando de R\$ 5,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 8,6 mil/hectare em 2020, mantendo-se estável em 2021 (R\$ 8,4 mil), e avançando para R\$ 10,5 mil em 2022 e R\$ 11,8 mil em 2023, superando os demais recortes naquele ano (Gráfico 4).

No estado do Pará, o crescimento foi estável e contínuo: partindo de R\$ 7,5 mil/hectare em 2019 para R\$ 9,2 mil em 2020, R\$ 10,7 mil em 2021, R\$ 11,1 mil em 2022 e atingindo R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. O desempenho de Capanema reflete uma oscilação mais sensível a fatores conjunturais, como eventos climáticos ou variações na produção local, com destaque para a queda de 2022, possivelmente associada a dificuldades no setor agropecuário. Em contraste, a RI Rio Caeté e o estado demonstraram maior estabilidade e crescimento sustentado, sugerindo maior resiliência produtiva e estrutura agrícola mais consolidada (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

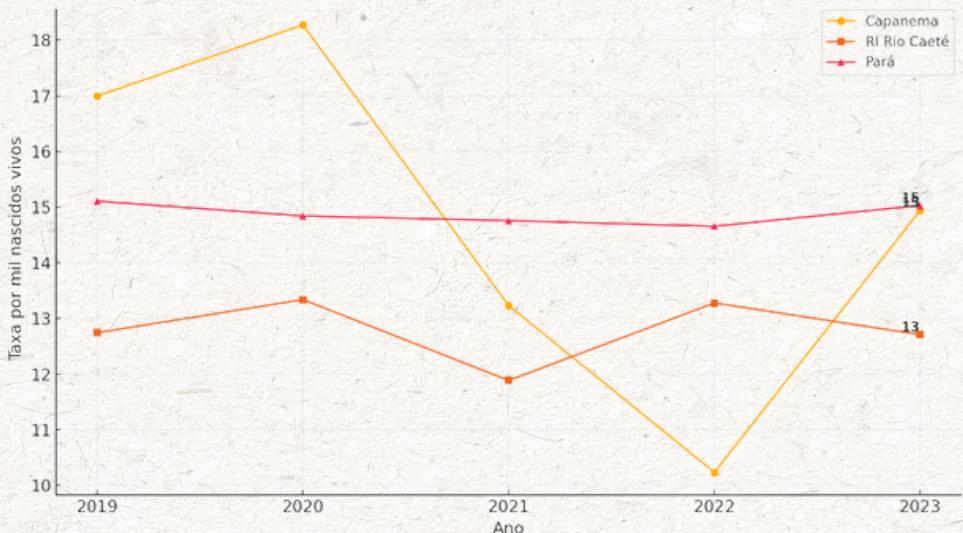
Em Capanema, a taxa de mortalidade infantil apresentou oscilações significativas ao longo do período. Em 2019, a taxa era de 17,0 por mil nascidos vivos, subindo para 18,3 em 2020, seguido de forte queda para 13,3 em 2021 e atingindo o menor patamar em 2022, com 10,2. Contudo, em 2023 houve aumento expressivo, chegando a 15,0. Na Região de Integração do Rio Caeté, o indicador se manteve mais estável, variando entre 12,7 (2019), 13,3 (2020 e 2022), com queda para 11,9 em 2021 e encerrando 2023 com 12,7. Já o estado do Pará apresentou estabilidade relativa, com taxa próxima de 15,1 em 2019, pequena redução gradual até 14,6 em 2022, e leve aumento para 15,1 em 2023 (Gráfico 5).

Essa variação em Capanema indica um cenário de melhoria significativa na redução da mortalidade infantil até 2022, possivelmente decorrente de avanços locais em saúde materno-infantil, seguida por um retrocesso em 2023. A Região de Integração do Rio Caeté e o Pará mantiveram taxas mais constantes, sugerindo menor volatilidade e desafios persistentes para redução desse indicador nessas esferas territoriais (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

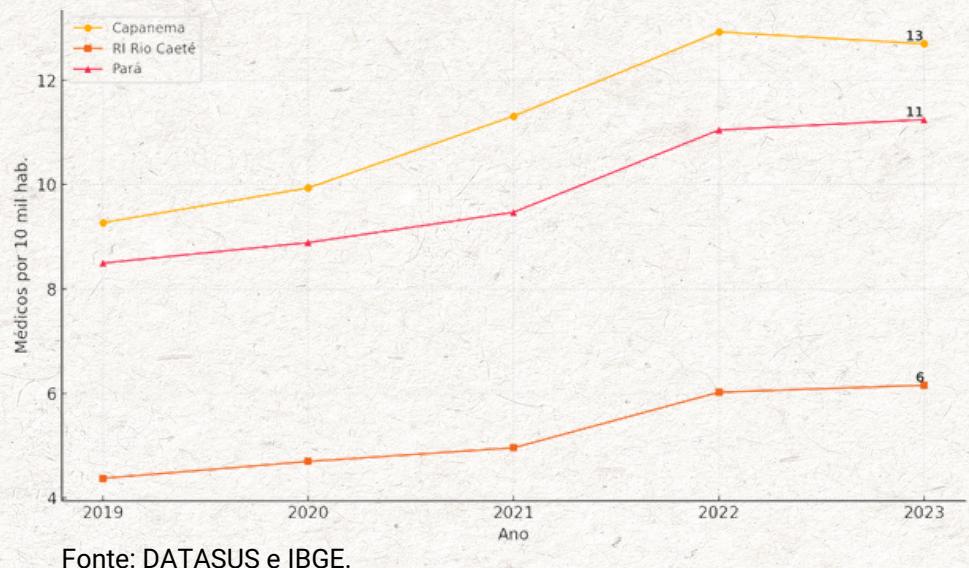
Número de Médicos por 10 mil habitantes

No município de Capanema, o número de médicos por 10 mil habitantes apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2022, saindo de aproximadamente 9,3 em 2019 para um pico de 13,0 em 2022, seguido de leve queda para 13 em 2023. A Região de Integração do Rio Caeté teve aumento gradual e mais modesto, iniciando com 4,4 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e chegando a 6,1 em 2023. O estado do Pará também apresentou crescimento consistente, passando de 8,5 em 2019 para 11,3 em 2023 (Gráfico 6).

Esses dados indicam que Capanema possui maior concentração de médicos por habitante em comparação com a região e o estado, embora tenha registrado uma pequena redução no último ano. A RI do Rio Caeté, apesar do crescimento, ainda apresenta uma disponibilidade médica consideravelmente menor. O aumento geral reflete investimentos na ampliação do acesso a profissionais da saúde, o que pode influenciar positivamente indicadores de saúde locais, incluindo a mortalidade infantil e atendimento básico (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Capanema, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou uma tendência de queda ao longo do período, partindo de 204 vagas em 2019, reduzindo-se para 193 em 2020, subindo levemente para 198 em 2021, mas caindo consideravelmente para 183 em 2022 e 158 em 2023. A Região de Integração do Rio Caeté manteve os maiores valores, começando com 243 vagas em 2019, oscilando para 233 em 2020, subindo levemente a 237 em 2021 e 243 em 2022, mas com queda significativa para 216 em 2023. Já o estado do Pará mostrou valores

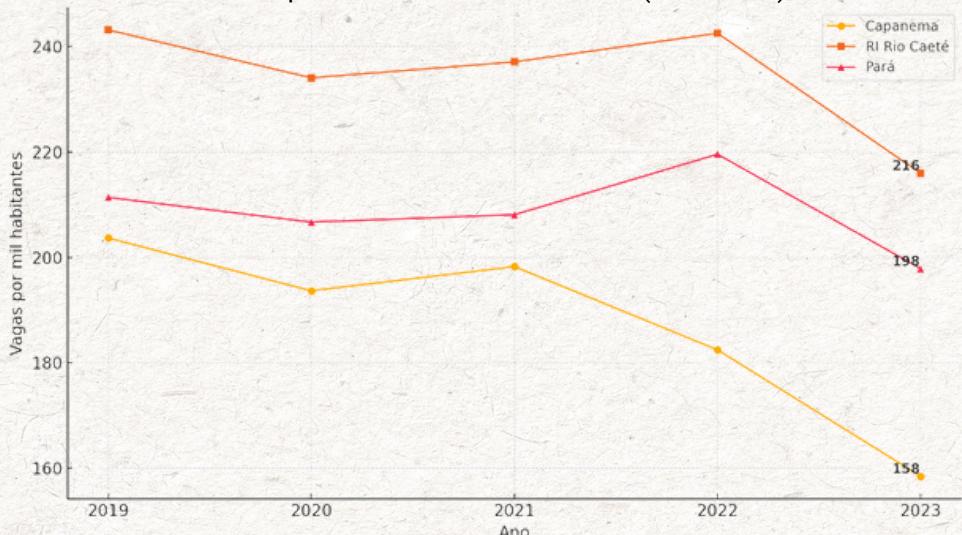
intermediários, com 211 vagas em 2019, queda para 207 em 2020 e 208 em 2021, pico em 2022 com 220 vagas e redução para 198 em 2023 (Gráfico 7).

A análise indica que, apesar da estabilidade relativa da RI Rio Caeté e do Pará, há uma redução preocupante no número de vagas em Capanema nos últimos dois anos, o que pode afetar o acesso ao ensino público para a população local. Essa queda mais acentuada em Capanema pode refletir questões estruturais, como diminuição da oferta ou dificuldades de manutenção da rede pública municipal (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 158 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

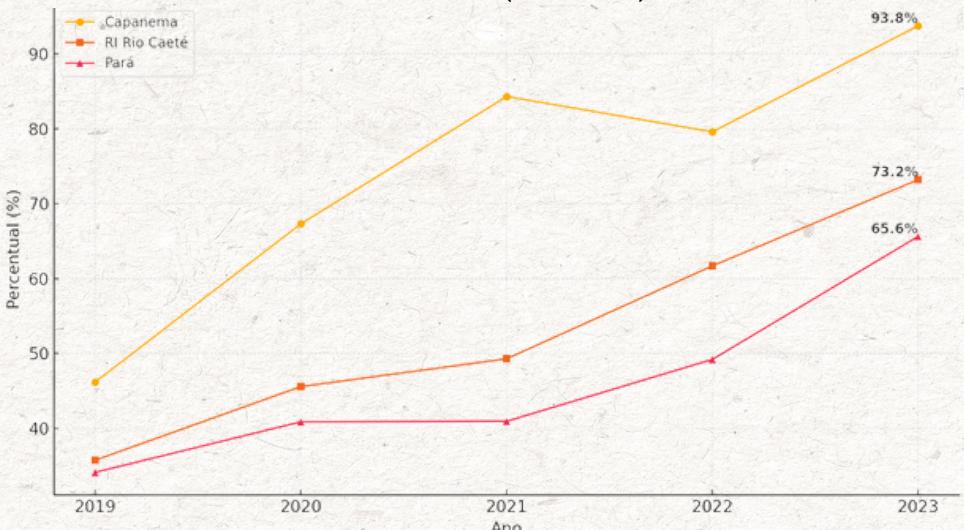
Em Capanema, o percentual de escolas com acesso à internet apresentou um crescimento expressivo, saindo de 46,0% em 2019 para 67,0% em 2020, subindo para 84,5% em 2021, mantendo 79,5% em 2022 e alcançando 93,8% em 2023. A Região de Integração do Rio Caeté também mostrou avanço, com 36,0% em 2019, crescimento para 46,0% em 2020, chegando a 49,0% em 2021, subindo para 61,5% em 2022 e atingindo 73,2% em 2023. O estado do Pará iniciou com 34,0% em 2019, mantendo 41,0% em 2020 e

2021, com forte salto para 49,0% em 2022 e 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

Os dados revelam que, apesar da diminuição nas vagas escolares em Capanema, houve um esforço consistente para ampliar o acesso à internet nas escolas, superando significativamente os níveis regional e estadual em 2023. O aumento do acesso à internet nas escolas é fundamental para melhorar a qualidade do ensino e possibilitar maior inclusão digital dos estudantes, especialmente em um contexto pós-pandemia (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



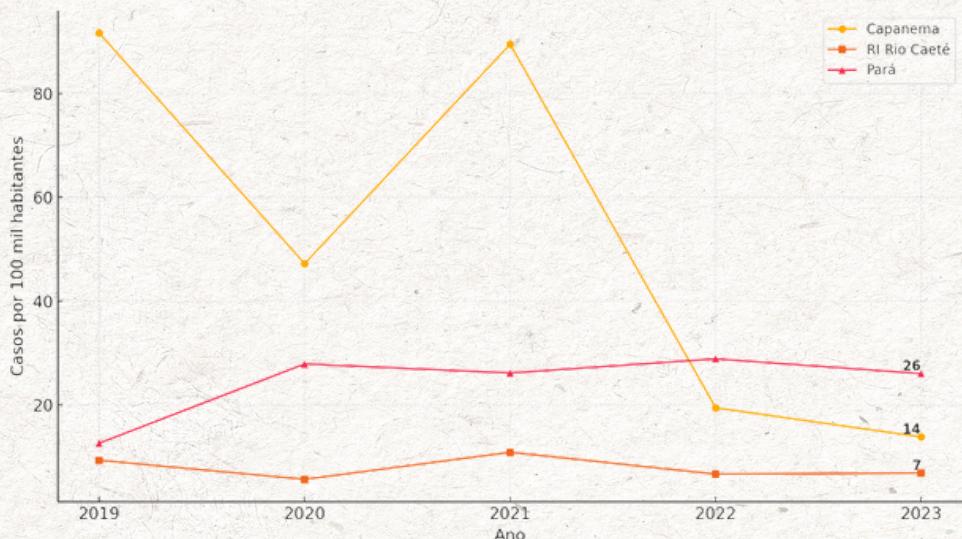
Violência Contra a Mulher por Parceiros

Em Capanema, a violência contra a mulher por parceiros apresentou alta volatilidade ao longo do período analisado. Em 2019, o município registrou 92 casos por 100 mil habitantes, caindo para 47 em 2020, subindo novamente para 90 em 2021, mas apresentando forte queda em 2022 (19 casos) e em 2023 (14 casos). A Região de Integração do Rio Caeté mostrou níveis muito inferiores, variando entre 5 e 11 casos, com leve crescimento em 2021 (11 casos) e estabilidade em torno de 7 casos em 2023. O estado do Pará apresentou valores intermediários, oscilando entre 13 casos em 2019, 28 em 2020, e se mantendo próximo a 26 casos em 2023 (Gráfico 9).



O comportamento irregular em Capanema pode indicar desafios na denúncia, registro e enfrentamento da violência doméstica, além de possíveis variações conjunturais. Já a RI Rio Caeté e o Pará apresentaram índices mais estáveis, porém com níveis que ainda apontam a necessidade de políticas eficazes para prevenção e proteção às mulheres (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

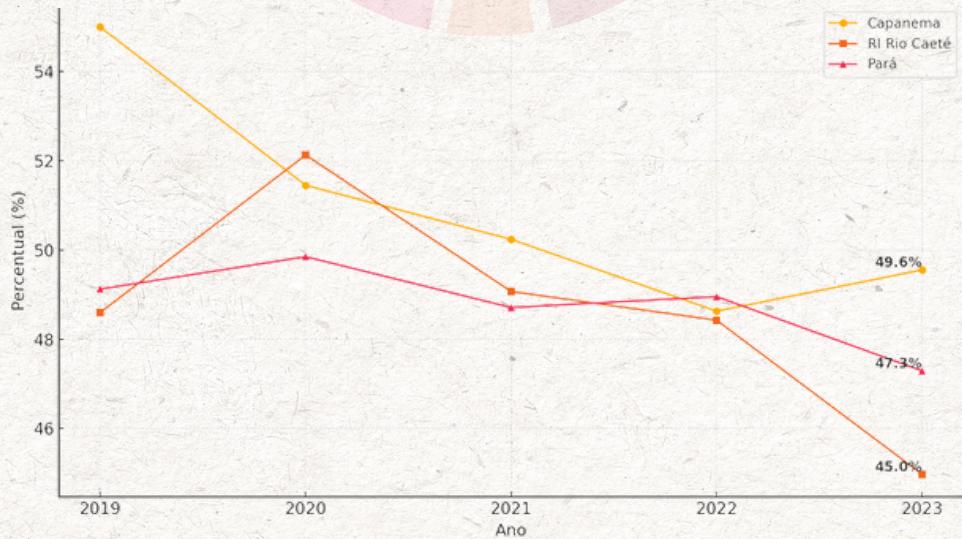
No município de Capanema, a participação feminina em cargos gerenciais variou entre 55,0% em 2019, reduzindo-se para 51,5% em 2020, caindo para 50,2% em 2021 e 48,6% em 2022, com leve recuperação em 2023, atingindo 49,6%. Na Região de Integração do Rio Caeté, o percentual iniciou em 48,7% em 2019, alcançou o pico de 52,2% em 2020, mas caiu progressivamente até 45,0% em 2023. O estado do Pará apresentou uma estabilidade relativa, com valores em torno de 49,0% em 2019 e 49,3% em 2022, caindo para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





Esses dados indicam que, apesar da presença feminina significativa em cargos gerenciais, houve uma tendência de leve declínio na maioria dos territórios, especialmente na Região de Integração do Rio Caeté. A manutenção da quase metade dos cargos por mulheres em Capanema e Pará evidencia avanços em igualdade de gênero, embora o retrocesso recente sugira a necessidade de políticas continuadas para fortalecer a presença feminina em posições de liderança (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Capanema, o percentual da população de baixa renda com coleta de esgoto manteve-se muito baixo e praticamente estável ao longo do período, iniciando em 1,1% em 2019, oscilando ligeiramente para 1,1% em 2020, caindo para 0,9% em 2021, e aumentando para 1,2% em 2022 e 1,4% em 2023. A Região de Integração do Rio Caeté apresentou comportamento similar, com valores próximos, começando em 1,1% em 2019 e terminando com 1,3% em 2023. Em contraste, o estado do Pará apresentou crescimento significativo e constante no indicador, saindo de 7,0% em 2019, subindo para 7,7% em 2020, 8,5% em 2021, 10,8% em 2022, e atingindo 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Esses dados indicam que, embora o estado do Pará tenha avançado na cobertura da coleta de esgoto para população de baixa renda, tanto Capanema quanto a RI Rio Caeté permanecem com níveis muito baixos, evidenciando desafios locais importantes em infraestrutura de saneamento básico e inclusão social (Gráfico 11).

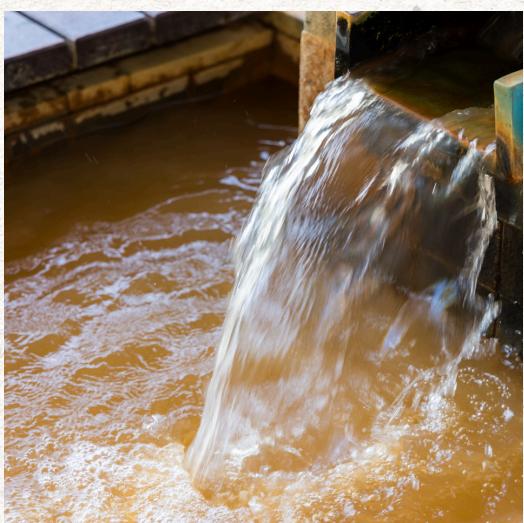
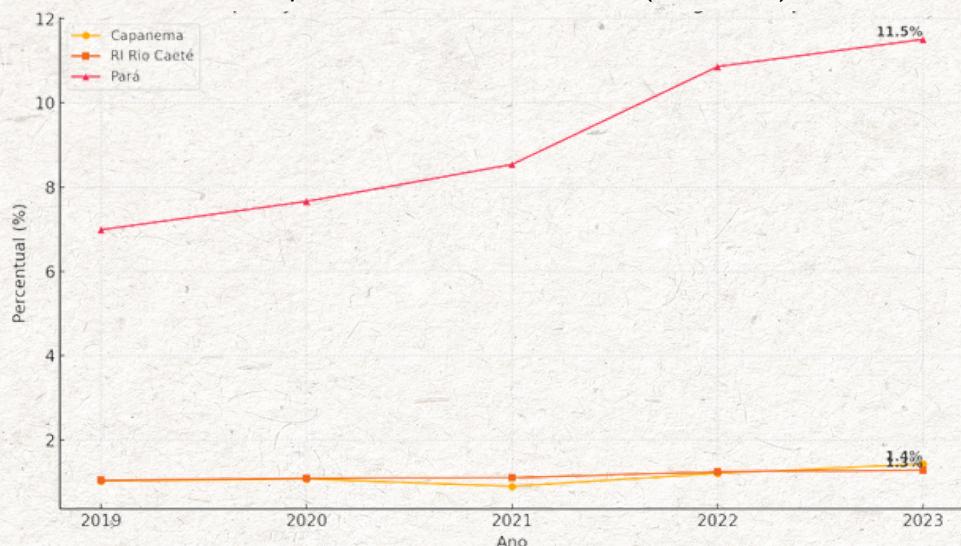




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto municipal com saneamento básico per capita em Capanema apresentou valores elevados em 2019 (R\$ 39,0 por habitante), seguido de queda significativa para R\$ 20,0 em 2020, R\$ 4,7 em 2021, e leve recuperação para R\$ 10,2 em 2022, mas caiu novamente para R\$ 3 em 2023. Na Região de Integração do Rio Caeté, o gasto foi relativamente estável, começando em R\$ 21,7 em 2019, caindo para R\$ 13,8 em 2020, mantendo níveis próximos a R\$ 12,0 em 2021, subindo para R\$ 18,5 em 2022, e caindo para R\$ 14,1 em 2023. O estado do Pará teve uma trajetória mais elevada e volátil, iniciando em

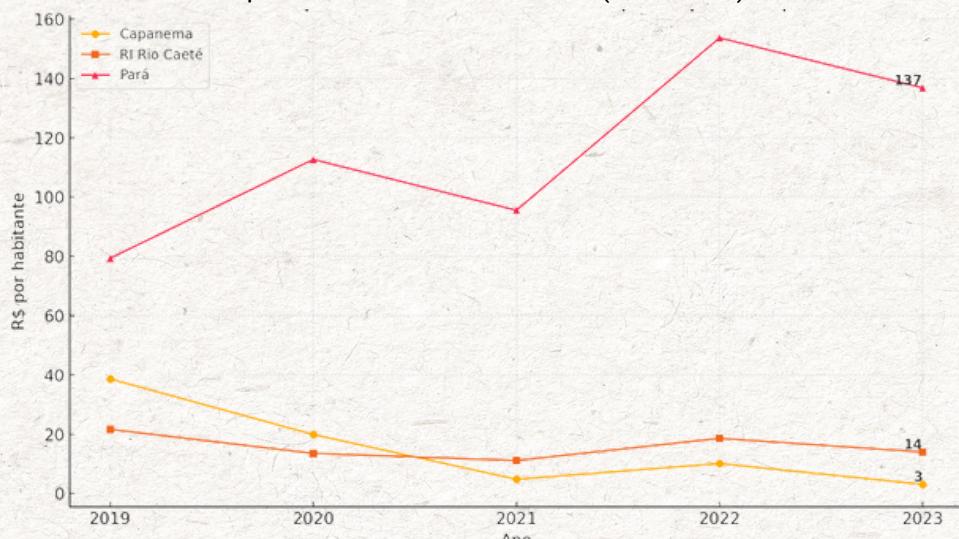
R\$ 79,3 em 2019, subindo para R\$ 112,6 em 2020, caindo para R\$ 95,7 em 2021, alcançando pico de R\$ 153,5 em 2022, e reduzindo para R\$ 137,1 em 2023 (Gráfico 12).

Esses resultados indicam que, apesar de maiores investimentos estaduais, os gastos municipais com saneamento per capita em Capanema são baixos e bastante voláteis, sugerindo dificuldades para manter investimentos constantes no setor. A RI Rio Caeté apresenta uma situação intermediária, enquanto o Pará mostra capacidade maior de investimento, embora também sujeita a variações significativas (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



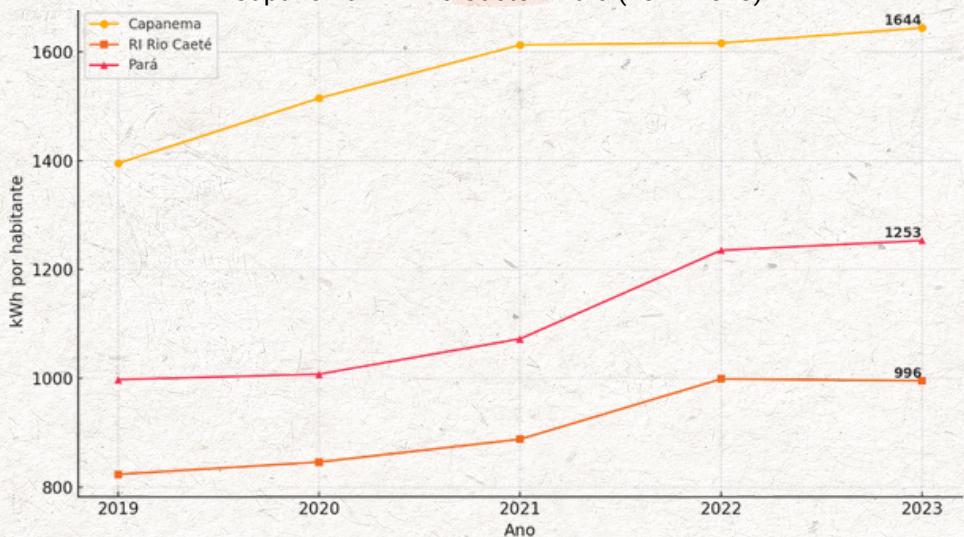
O consumo de energia elétrica per capita em Capanema apresentou crescimento contínuo de 2019 a 2023. Em 2019, o consumo era de 1.399 kWh/hab., subindo para 1.519 em 2020 e 1.615 em 2021. Em 2022, manteve-se estável em 1.616 kWh/hab., finalizando 2023 com 1.644 kWh/hab. Esse aumento representa uma variação positiva acumulada de aproximadamente 17,5% no período. A RI Rio Caeté, onde Capanema está inserida, também teve crescimento: de 829 kWh/hab. em 2019 para 996 kWh/hab. em 2023, com a maior alta entre 2021 e 2022 (de



887 para 996 kWh/hab.). Já o estado do Pará mostrou evolução de 996 para 1.253 kWh/hab., com destaque para o salto de 1.073 em 2021 para 1.238 em 2022 (Gráfico 13).

Esses dados evidenciam que o município de Capanema possui um consumo per capita de energia consistentemente superior à média da sua região de integração e à média estadual, mantendo ao longo dos cinco anos uma posição destacada. Enquanto Capanema teve um incremento absoluto de 245 kWh/hab., o estado cresceu 257 kWh/hab. e a RI Rio Caeté, 167 kWh/hab. A estabilidade em 2021-2022 em Capanema sugere um possível período de transição ou maturação na infraestrutura de consumo, enquanto a RI e o estado ainda estavam em fase mais acelerada de crescimento. Esse comportamento pode estar relacionado a diferenças no perfil socioeconômico, industrial e de urbanização (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.644 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

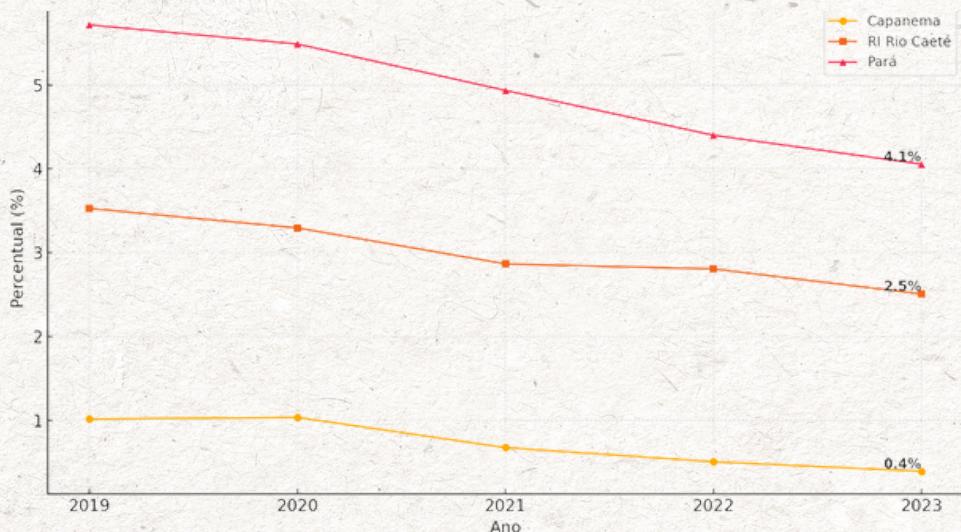
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil em Capanema manteve-se em 1,0% entre 2019 e 2020, iniciando queda expressiva nos anos seguintes: 0,7% em 2021, 0,5% em 2022 e 0,4% em 2023. A redução no período foi de 0,6 ponto percentual, o que equivale a uma queda de 60%. Na RI Rio Caeté, a redução também foi contínua, de 3,5% em 2019 para 2,5% em 2023, com destaque para o período entre 2020 (3,3%) e 2021 (2,9%). Já no estado do Pará, o indicador caiu de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, apresentando um ritmo de redução mais gradual ao longo dos anos (Gráfico 14).



Observa-se que Capanema apresenta o menor percentual entre os três recortes analisados em todos os anos, refletindo um acesso mais consolidado à energia elétrica de fontes não fósseis nas residências de baixa renda. A queda mais acentuada nesse indicador no município, especialmente após 2020, pode ser resultado de políticas locais de eletrificação rural ou urbanização de áreas periféricas. Já o Pará, apesar da tendência de queda, ainda mantém percentuais relativamente elevados, sugerindo desafios persistentes em áreas mais isoladas ou com infraestrutura deficiente (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



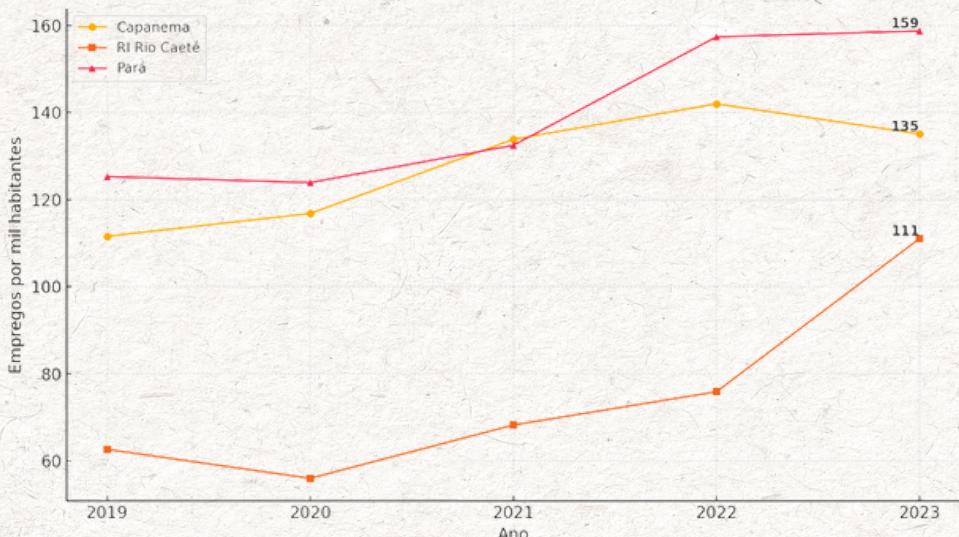
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de empregos formais por mil habitantes em Capanema apresentou crescimento significativo, saindo de 112 em 2019 para 117 em 2020, alcançando 133 em 2021, com pico de 142 em 2022. Contudo, em 2023 houve uma leve retração para 135 empregos formais por mil habitantes. No mesmo período, a Região de Integração Rio Caeté iniciou com 63 empregos por mil habitantes em 2019, sofreu queda para 56 em 2020, mas em seguida apresentou recuperação consistente: 68 em 2021, 76 em 2022 e 111 em 2023, esse último ano representando um salto expressivo de 35 empregos por mil em relação ao anterior (Gráfico 15).

No recorte estadual, o Pará iniciou 2019 com 126 empregos formais por mil habitantes, mantendo-se estável em 2020 (125), antes de crescer para 133 em 2021 e atingir um pico de 158 em 2022, com leve incremento para 159 em 2023. Capanema superou momentaneamente a média estadual em 2021 e 2022, evidenciando dinamismo local no mercado de trabalho formal. Apesar da queda em 2023, o município permanece acima da média da sua região de integração e mantém proximidade com a taxa estadual. Já a RI Rio Caeté, embora com evolução positiva, ainda apresenta grande defasagem em relação aos demais recortes, refletindo possíveis fragilidades estruturais no mercado formal da região (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 135 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita em Capane-ma apresentou crescimento expressivo entre 2018 e 2022. Em 2018, o valor era de R\$ 14.967, subindo para R\$ 16.086 em 2019 e R\$ 17.707 em 2020. O avanço foi mais acentuado em 2021, atingindo R\$ 20.517, e em 2022 alcançou R\$ 21.123, totalizando um crescimento acumulado de aproximadamente 41% no período. Já a Região de Inte-gração Rio Caeté apresentou evolução mais modesta, iniciando com R\$ 9.210 em 2018 e alcançando R\$ 13.321 em 2022, com um incremento de

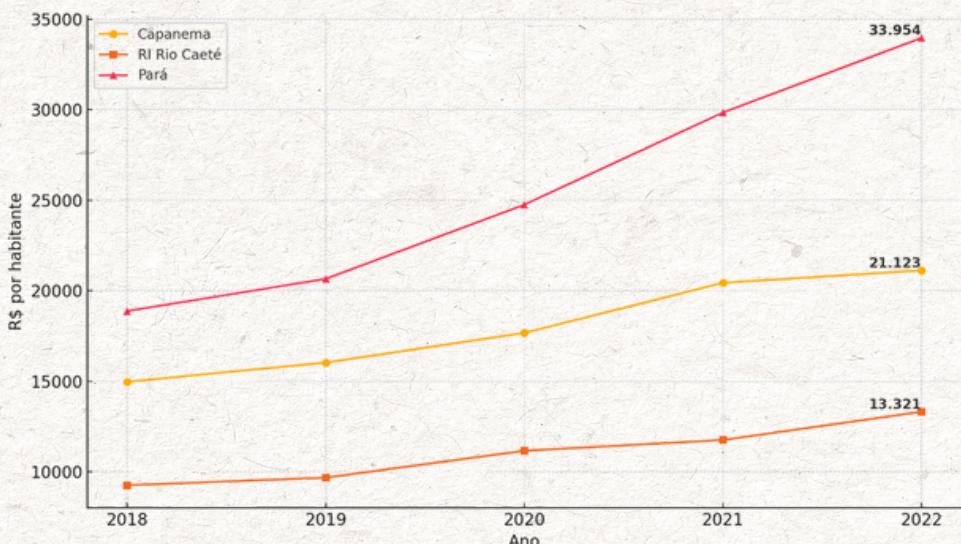
44,7%, ainda assim mantendo-se significativamente abaixo da média municipal e estadual. O crescimento mais acentuado ocorreu entre 2019 e 2020, e entre 2021 e 2022 (Gráfico 16).

No Estado do Pará, o PIB per capita passou de R\$ 18.926 em 2018 para R\$ 20.600 em 2019, crescendo para R\$ 24.862 em 2020, R\$ 29.791 em 2021 e atingindo R\$ 33.954 em 2022. Esse aumento representa uma elevação de 79,4% em cinco anos, com destaque para os saltos entre 2019–2020 (+20%) e 2020–2021





Gráfico16 - PIB per capita, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

(+19,8%). Observa-se que o Pará apresentou crescimento mais acelerado que Capanema e sua RI, o que pode estar associado à expansão de setores de maior produtividade econômica, como a mineração e a indústria de transformação. Capanema manteve posição intermediária, acima da média da sua região, mas abaixo da média estadual ao longo de todo o período (Gráfico 16).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21.123/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em relação ao valor adicionado da indústria como proporção do PIB, Capanema iniciou o período de 2018 com 10,3%, passando para 8,6% em 2019. A partir daí, manteve relativa estabilidade: 9,1% em 2020, 9,0% em 2021 e 8,7% em 2022. Isso representa uma leve redução ao longo dos anos, sugerindo perda de participação da indústria no conjunto das atividades econômicas do município. Na RI Rio Caeté, os percentuais acompanharam um padrão semelhante: 8,6% em 2018, 8,1% em 2019, depois crescendo para 9,0% em 2020, permanecendo estável em 2021 (9,0%) e encerrando 2022 em 9,2%. Assim, embora os níveis sejam próximos, a RI mostra ligeira recuperação no indicador ao final do período, contrastando com a leve queda em Capanema

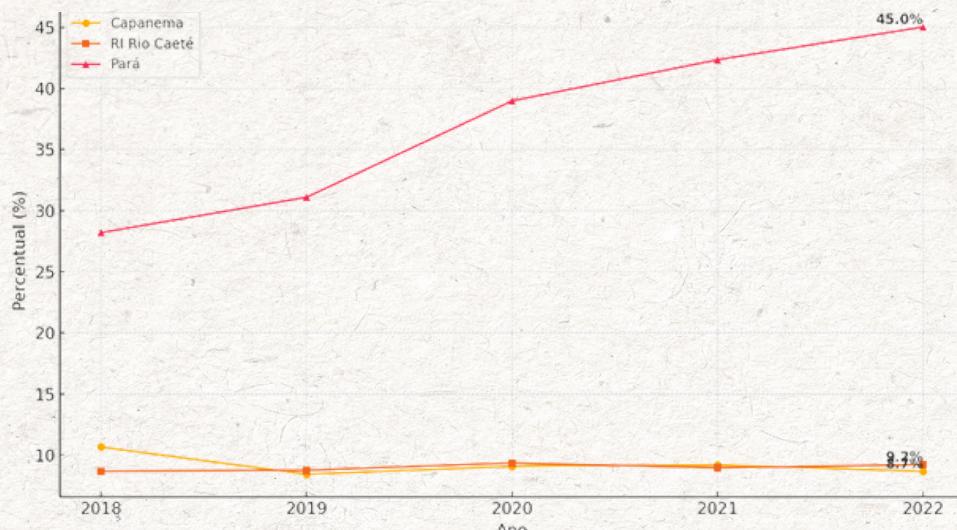
(Gráfico 17).

Já no estado do Pará, o valor adicionado da indústria apresentou trajetória ascendente expressiva: de 28,2% em 2018 para 31,1% em 2019, atingindo 38,9% em 2020, 42,3% em 2021 e culminando em 45,0% em 2022. Trata-se de uma elevação de quase 17 pontos percentuais, refletindo uma industrialização mais intensa e crescente participação do setor na economia estadual, especialmente impulsionada por atividades extractivas e de transformação em larga escala. O contraste entre Capanema e o estado revela a concentração da atividade industrial em polos específicos do Pará, com o município mantendo participação industrial estável, porém bem abaixo da média estadual (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Capanema apresentou crescimento, saindo de 7,9 em 2019 para 9,1 em 2020. O indicador teve aumento mais acentuado em 2021, alcançando 11,9, e seguiu em elevação para 12,8 em 2022. No entanto, em 2023, houve uma leve retração, com o município registrando 12 profissionais por 100 mil habitantes. Esse comportamento



aponta para uma expansão gradual da presença de profissionais da ciência em Capanema, com um crescimento de cerca de 50% no período analisado, apesar da pequena queda no último ano (Gráfico 18).

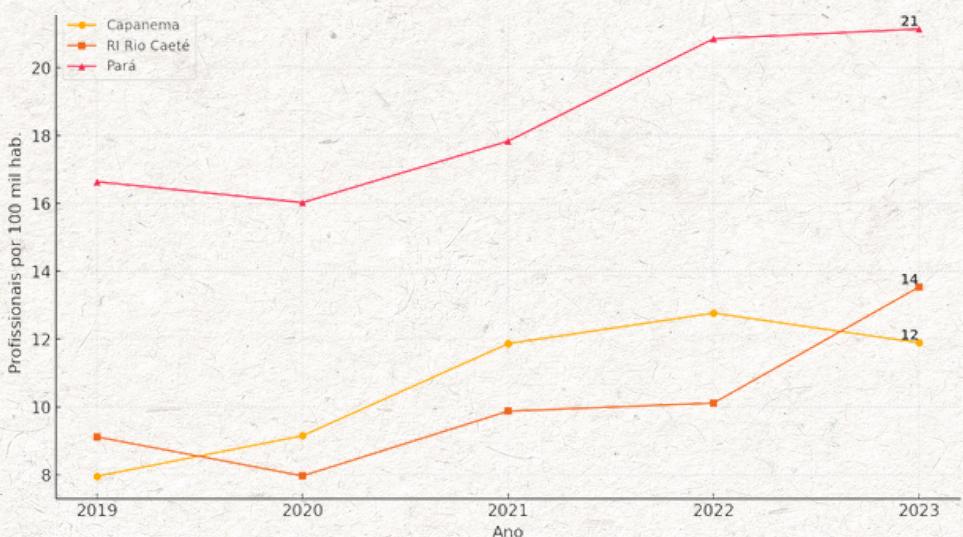
Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador começou em 9,2 em 2019, sofreu queda para 8,0 em 2020, e em seguida apresentou crescimento contínuo: 9,9 em 2021, 10,1

em 2022 e 13,9 em 2023, superando o município ao final do período. Já o estado do Pará iniciou com 16,7 profissionais da ciência por 100 mil habitantes em 2019, caiu levemente para 16,1 em 2020, e depois avançou para 17,8 em 2021, 20,8 em 2022 e 21,0 em 2023. Nota-se que o estado manteve um nível consistentemente superior aos demais reortes, indicando maior concentração desse tipo de profissional nas áreas mais desenvolvidas ou nos polos científicos. O avanço tanto em Capanema quanto na RI sugere uma melhora nas condições de atração ou formação desses profissionais, ainda que em ritmo inferior ao estadual (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





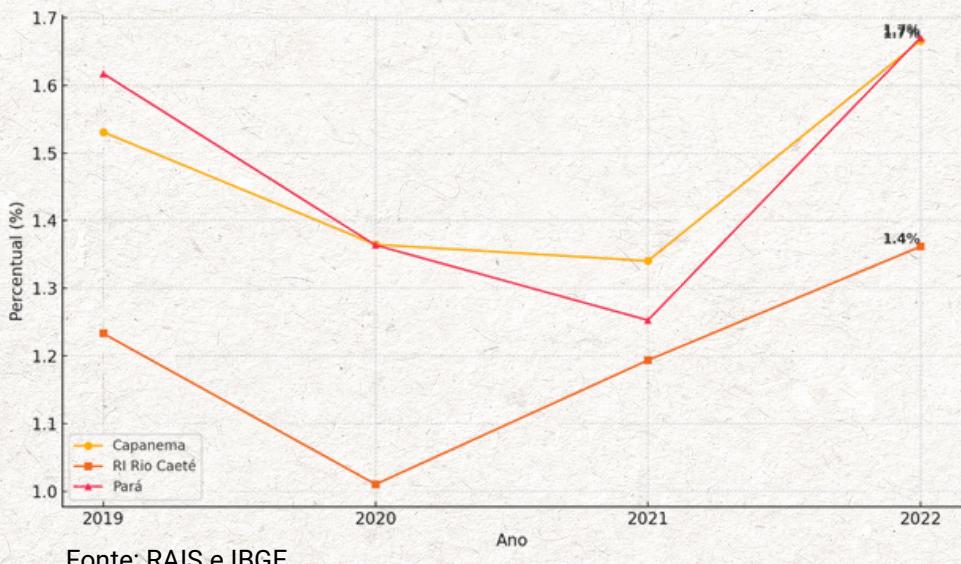
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o indicador “Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)” no município de Capanema apresentou oscilação moderada. Em 2019, o percentual era de 1,53%, caindo para 1,36% em 2020 e recuando ligeiramente para 1,34% em 2021. No entanto, em 2022, o indicador cresceu significativamente, atingindo 1,7%. Essa trajetória sugere um impacto inicial da pandemia na proporção da massa salarial em relação ao PIB, com posterior recuperação impulsionada possivelmente por crescimento do emprego formal ou reajustes salariais em segmentos estratégicos da economia local (Gráfico 19).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indi-

cador partiu de 1,23% em 2019, caindo para 1,01% em 2020, subindo em seguida para 1,19% em 2021 e encerrando 2022 em 1,4%. Embora tenha apresentado recuperação após a queda de 2020, o patamar da RI se manteve inferior ao do município de Capanema e do estado em todos os anos analisados. Já o estado do Pará iniciou com 1,61% em 2019, caiu para 1,36% em 2020 e 1,25% em 2021, mas apresentou crescimento expressivo em 2022, fechando com 1,67%, valor idêntico ao de Capanema no mesmo ano. A retomada estadual pode refletir a recuperação econômica pós-pandemia, acompanhada da valorização do trabalho formal em setores-chave da economia paraense (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

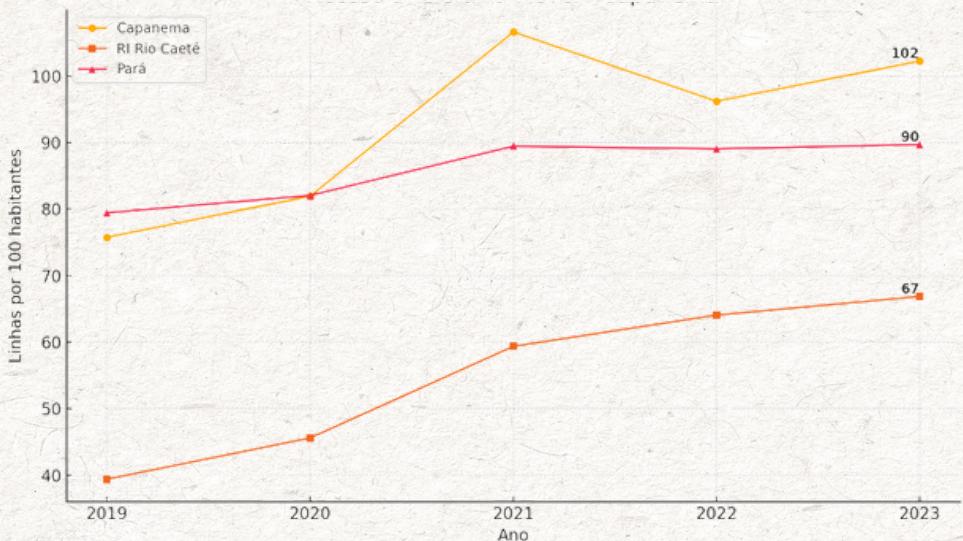
O acesso à telefonia móvel em Capanema apresentou crescimento expressivo entre 2019 e 2021. Em 2019, o município registrava 75,8 linhas móveis por 100 habitantes, subindo para 81,9 em 2020 e atingindo um pico de 106,3 em 2021. Contudo, em 2022 houve uma queda para 96,3 linhas, com posterior recuperação em 2023, quando alcançou 102,2 linhas por 100 habitantes. Esse desempenho evidencia uma forte ampliação do acesso ao serviço, com pequena oscilação no penúltimo ano, mas mantendo Capanema sempre acima das médias estadual e regional a partir de 2021 (Gráfico 20).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador cresceu de forma contínua, passando de 39,5 em 2019 para 45,5 em 2020, 59,3 em 2021, 64,2 em 2022 e 66,9 em 2023 – quase dobrando o número de linhas por 100 habitantes no período. Já o estado do Pará partiu de 79,2 linhas em 2019, subindo para 82,1 em 2020, 89,2 em 2021 e estabilizando-se nos anos seguintes: 88,9 em 2022 e 90,0 em 2023. O avanço foi mais significativo em Capanema, que superou as demais localidades, especialmente após 2021. A RI Rio Caeté, embora ainda abaixo das médias estadual e municipal, teve o maior ritmo proporcional de crescimento, indicando progresso na inclusão digital (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 102 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

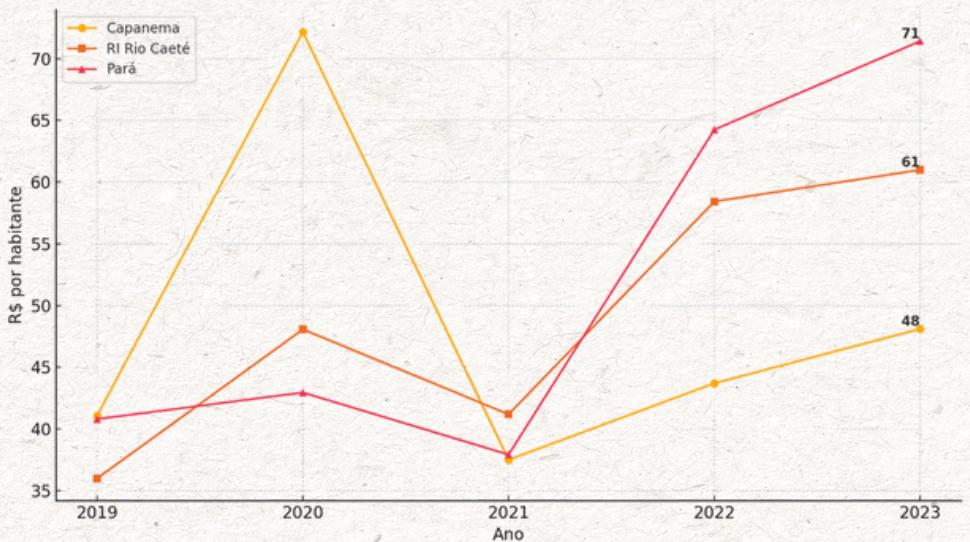
Em relação à despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental, o município de Capanema apresentou forte variação entre os anos. Em 2019, o gasto era de R\$ 41,1 por habitante, aumentando acentuadamente para R\$ 72,2 em 2020. Contudo, em 2021 houve uma queda abrupta para R\$ 37,2, seguida de uma recuperação parcial em 2022 (R\$ 43,7) e novo crescimento em 2023, alcançando R\$ 48,2. Apesar das flutuações, o valor de 2023 ainda se manteve abaixo do pico registrado em 2020, refletindo oscilações no orçamento municipal destinado a essas áreas (Gráfico 21).

Na RI Rio Caeté, os valores evoluíram de

R\$ 35,6 em 2019 para R\$ 48,0 em 2020, caindo para R\$ 41,3 em 2021 e crescendo nos anos seguintes: R\$ 58,4 em 2022 e R\$ 61,0 em 2023. Já o estado do Pará teve trajetória semelhante, iniciando com R\$ 41,0 em 2019, subindo para R\$ 43,2 em 2020, recuando para R\$ 37,1 em 2021, mas com avanço expressivo em 2022 (R\$ 64,3) e 2023 (R\$ 70,9). O destaque no recorte estadual está no aumento mais consistente a partir de 2021. Comparativamente, Capanema oscilou mais e terminou o período com gasto inferior ao da RI e do estado, indicando possível readequação de prioridades orçamentárias locais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



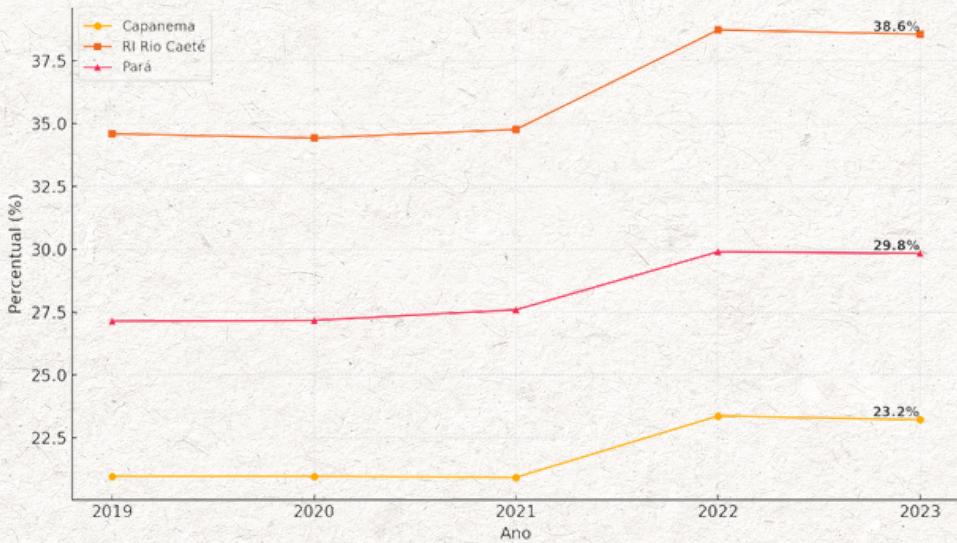


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Capanema permaneceu estável em torno de 20,9% de 2019 a 2021, registrando leve variação apenas em 2021 (20,8%). Em 2022, houve um aumento significativo para 23,2%, patamar que se manteve inalterado em 2023. Apesar do crescimento nos últimos dois anos, o município permaneceu com os menores percentuais em comparação à sua Região de Integração e ao estado, o que pode refletir maior cobertura de coleta de resíduos ou iniciativas locais de manejo adequado do lixo domiciliar (Gráfico 22).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador começou em 34,7% em 2019, reduziu levemente para 34,4% em 2020, subiu para 34,8% em 2021 e alcançou 38,6% em 2022, mantendo esse valor em 2023. Já no estado do Pará, o percentual se manteve relativamente estável entre 2019 (27,2%) e 2021 (27,6%), com crescimento expressivo em 2022 para 29,9%, mantendo esse valor em 2023. Assim, observa-se que tanto a RI quanto o estado apresentaram tendências de alta nesse tipo de prática inadequada de descarte de resíduos, diferentemente de Capanema, onde os níveis se mantêm mais baixos, ainda que com tendência ascendente recente (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

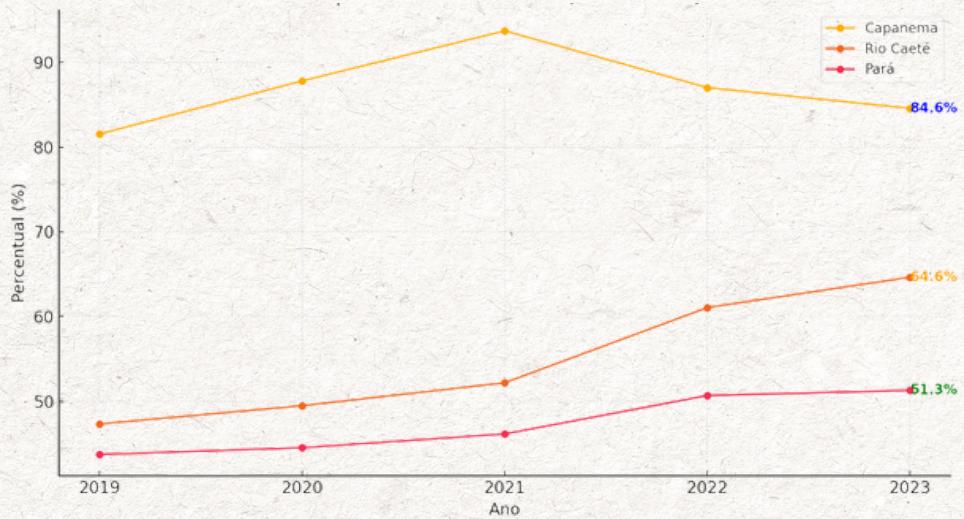


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O indicador referente ao uso de fossa rudimentar entre a população de baixa renda em Capanema iniciou em 2019 com 81,7%, subindo para 88,2% em 2020 e atingindo o pico de 93,3% em 2021. Nos dois anos seguintes, houve queda: 87,0% em 2022 e 84,6% em 2023. Apesar dessa redução, o município ainda apresenta níveis elevados de inadequação no esgotamento sanitário entre os mais pobres, com uma diferença marcante em relação às médias estadual e regional. A ligeira melhora nos últimos anos pode indicar iniciativas pontuais de saneamento, mas a persistência do alto percentual exige atenção (Gráfico 23).

Na RI Rio Caeté, o cenário foi de crescimento contínuo no período: partindo de 47,4% em 2019 para 49,3% em 2020, 52,3% em 2021, 61,0% em 2022 e chegando a 64,6% em 2023. No estado do Pará, os valores foram significativamente inferiores, porém também crescentes: 43,4% em 2019, subindo gradualmente até atingir 51,3% em 2023. A comparação evidencia que Capanema possui a maior proporção de pessoas de baixa renda com esgotamento inadequado em todos os anos analisados, apesar da leve melhora recente. Isso sugere um desafio estrutural persistente no município no que diz respeito à universalização do saneamento básico para a população mais vulnerável (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 84,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



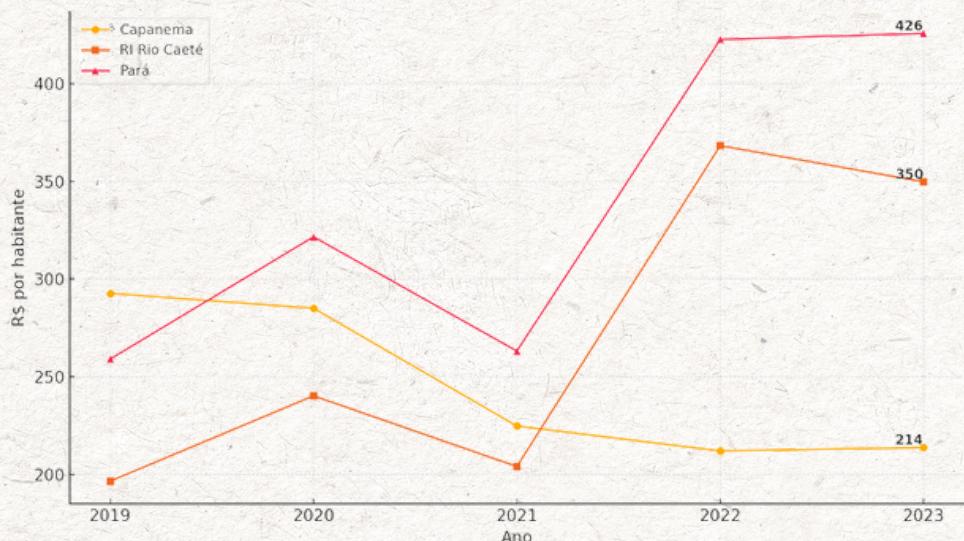
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Capanema, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram queda ao longo do período analisado. Em 2019, o valor era de R\$ 292,9 por habitante, diminuindo levemente para R\$ 285,5 em 2020. A redução foi mais acentuada em 2021, atingindo R\$ 226,2, e manteve-se em queda até 2022, com R\$ 213,5. Em 2023, houve uma pequena estabilização nesse patamar, com o município encerrando o período com R\$ 214,2. Essa trajetória descendente sugere uma retração progressiva dos investimentos locais voltados à mitigação de riscos e preparação para eventos adversos (Gráfico 24).



Na Região de Integração Rio Caeté, a evolução foi distinta. Os valores subiram de R\$ 195,8 em 2019 para R\$ 239,6 em 2020, caíram para R\$ 204,2 em 2021, e depois cresceram expressivamente para R\$ 368,5 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 350,0. No Estado do Pará, a variação foi ainda mais significativa: partiu de R\$ 259,3 em 2019, chegou a R\$ 322,6 em 2020, recuou para R\$ 263,6 em 2021 e disparou para R\$ 419,6 em 2022 e R\$ 426,0 em 2023. Ao longo dos cinco anos, tanto o estado quanto a RI ampliaram substancialmente os investimentos em prevenção de desastres, ao passo que Capanema seguiu na contramão dessa tendência, indicando possível readequação orçamentária ou priorização de outras áreas na política municipal (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 214/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

No município de Capanema, as despesas per capita com preservação aquática permaneceram praticamente nulas durante todo o período de 2019 a 2022, com valores iguais a R\$ 0,0 por habitante nesses anos. Apenas em 2023 houve um pequeno registro de gasto, alcançando R\$ 1,0 por habitante. Esse comportamento evidencia ausência ou mínima execução de políticas locais voltadas à preservação de recursos hídricos nesse intervalo de tempo, o que pode ser preocupante diante da relevância estratégica da proteção ambiental para a sustentabilidade urbana e rural (Gráfico 25).

Por outro lado, a Região de Integração Rio Caeté demonstrou empenho crescente nessa

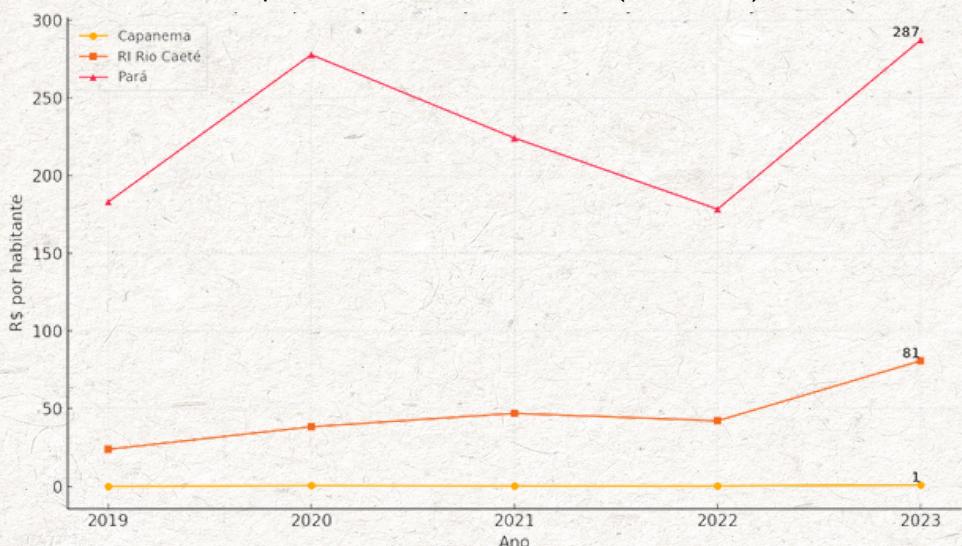
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



área. As despesas subiram de R\$ 24,5 em 2019 para R\$ 37,9 em 2020, R\$ 46,0 em 2021, recuaram ligeiramente para R\$ 42,2 em 2022, mas voltaram a crescer para R\$ 81,2 em 2023, mais de três vezes o valor inicial do período. Já o estado do Pará registrou variações expressivas, com valores elevados em todos os anos: R\$ 184,5 em 2019, R\$ 275,8 em 2020, R\$ 224,5 em 2021, R\$ 178,1 em 2022 e R\$ 286,8 em 2023. Comparativamente, os números mostram que Capanema ficou completamente aquém dos esforços realizados em níveis estadual e regional, refletindo um possível vácuo de políticas públicas ambientais direcionadas aos corpos hídricos no município (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

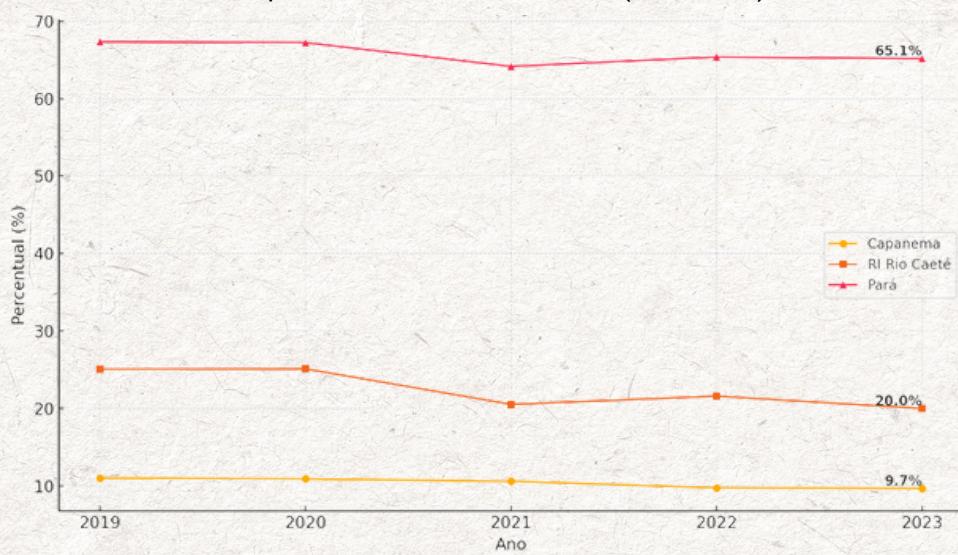
Entre 2019 e 2023, Capanema apresentou um leve declínio na proporção de área de floresta em relação ao seu território. Em 2019 e 2020, o percentual era de 11,0%, passando para 10,6% em 2021, caindo para 9,8% em 2022 e encerrando 2023 em 9,7%. Embora as variações sejam discretas, a tendência é de redução contínua, o que sugere perda gradual de cobertura vegetal florestal no município, possivelmente associada à expansão urbana, agrícola ou extrativista sem reposição proporcional de áreas verdes (Gráfico 26).

Na Região de Integração Rio Caeté, o percentual se manteve estável em 25,0% nos anos

de 2019 e 2020, mas caiu para 20,6% em 2021, recuperando-se levemente para 21,7% em 2022 e fechando 2023 com 20,0%. No estado do Pará, os percentuais foram significativamente superiores: partindo de 67,2% em 2019, mantendo-se praticamente estáveis até 2020 (67,1%), caindo para 64,5% em 2021 e subindo para 65,6% em 2022 e 65,1% em 2023. Isso mostra que, enquanto o estado ainda conserva grande parte de sua cobertura florestal, o município de Capanema se destaca negativamente com o menor percentual entre os recortes analisados, demonstrando maior grau de conversão do uso do solo (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

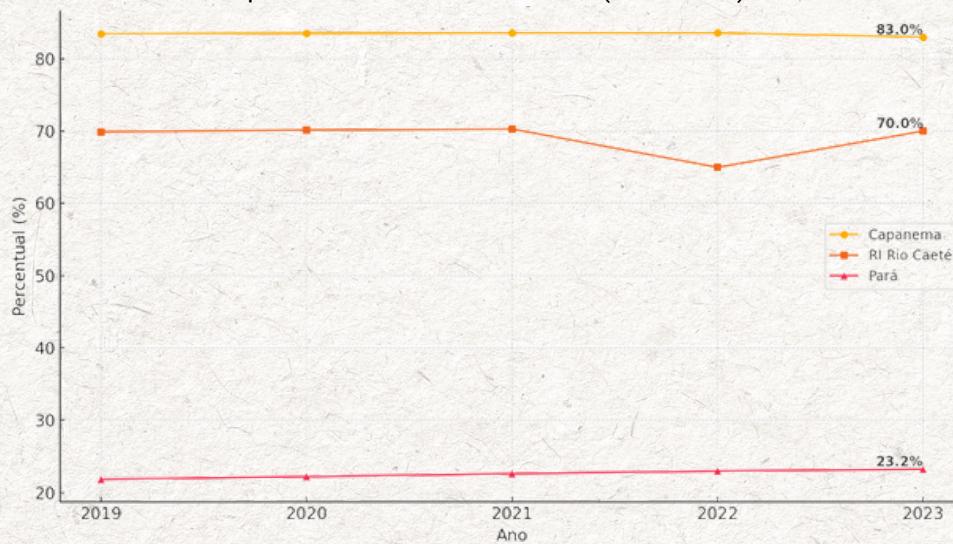
No que se refere à área desmatada em relação à área total, Capanema apresentou estabilidade no topo da escala entre 2019 e 2022, com 83,4% em 2019 e 2020, 83,5% em 2021 e 2022, encerrando 2023 com leve redução para 83,0%. Esse patamar elevado indica que a grande maioria do território do município já se encontra antropizado, com baixa presença de vegetação nativa remanescente, o que reforça a crítica apontada no indicador anterior de baixa cobertura florestal (Gráfico 27).

Na RI Rio Caeté, os valores também são altos, embora um pouco menores: de 70,0% entre 2019 e 2021, caindo para

65,2% em 2022 e retornando a 70,0% em 2023. No estado do Pará, o comportamento foi inverso ao de Capanema: os percentuais são bem mais baixos e apresentam tendência de alta moderada, partindo de 21,1% em 2019, passando por 21,8% em 2020, 22,2% em 2021, 22,7% em 2022 e encerrando 2023 em 23,2%. Isso evidencia que, embora o desmatamento ainda avance no estado como um todo, ele já está consolidado em municípios como Capanema, onde há pouco espaço para novos desmatamentos, indicando necessidade urgente de ações de restauração ambiental e controle do uso do solo (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



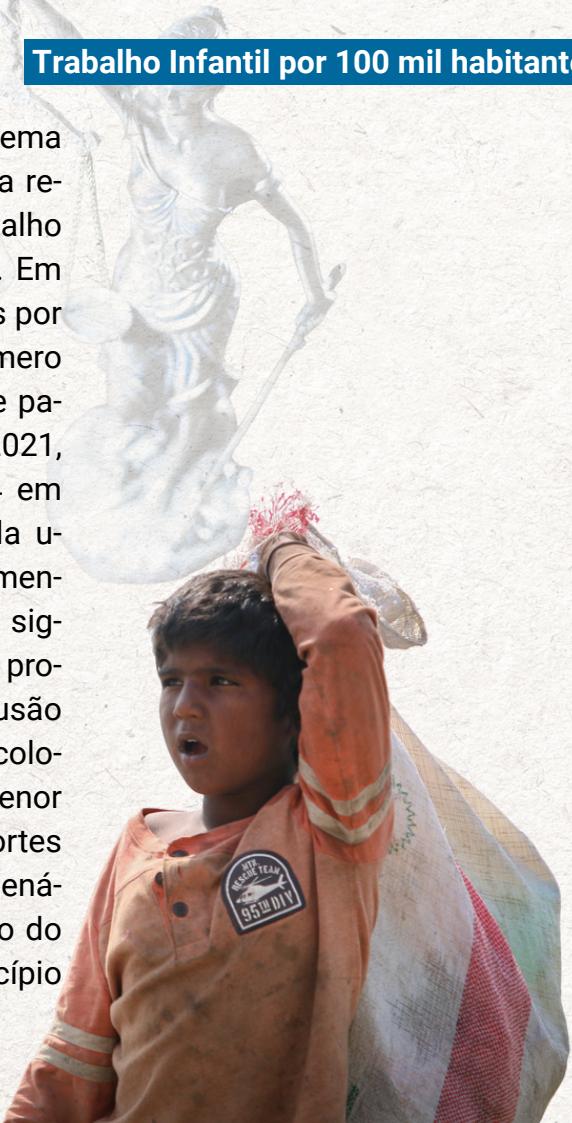
ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Capanema apresentou uma expressiva redução no índice de trabalho infantil entre 2019 e 2023. Em 2019, registrava 20,3 casos por 100 mil habitantes, número que caiu progressivamente para 11,8 em 2020, 4,9 em 2021, 3,2 em 2022 e atingiu 1,4 em 2023. Essa trajetória revela uma queda de aproximadamente 93%, refletindo avanços significativos em políticas de proteção à infância e inclusão escolar. O dado de 2023 coloca Capanema com o menor índice entre os três recortes territoriais, indicando um cenário de controle mais efetivo do trabalho infantil no município (Gráfico 28).

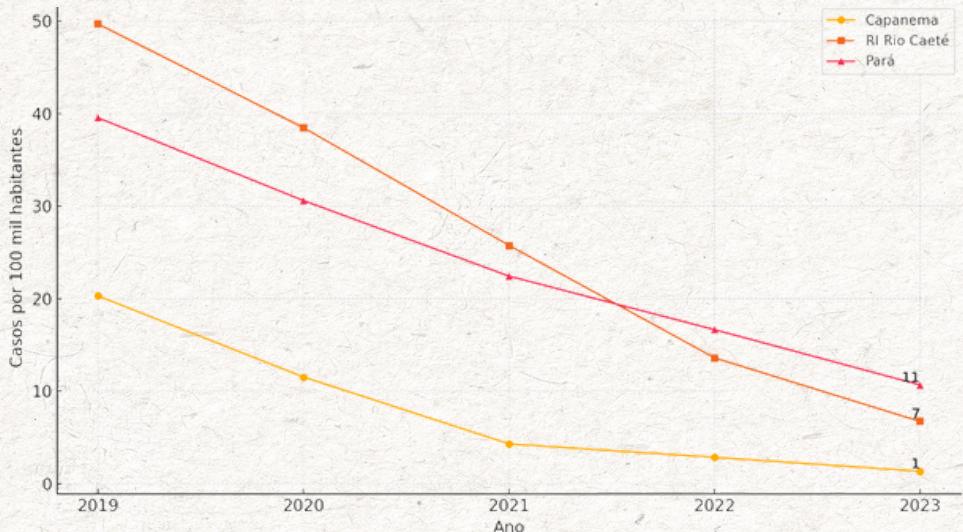


Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador também apresentou tendência de queda, partindo de 49,9 casos por 100 mil habitantes em 2019, reduzindo para 38,6 em 2020, 25,7 em 2021, 13,5 em 2022 e finalizando 2023 com 7,2. O estado do Pará seguiu padrão semelhante, com 39,7 em 2019, 30,6 em 2020, 22,1 em 2021, 17,3 em 2022 e 11,3 em 2023. Embora o Pará e a RI também tenham apresentado avanços, os índices permanecem mais elevados que os de Capanema, evidenciando que, proporcionalmente, o município obteve maior sucesso na redução dessa violação de direitos (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

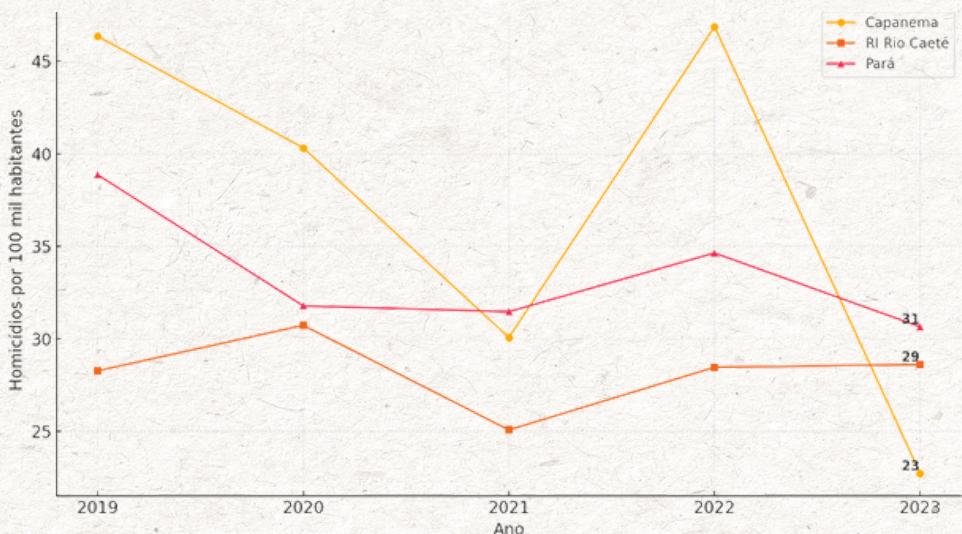
A taxa de homicídios em Capanema oscilou ao longo do período, com momentos de alta e baixa acentuados. Em 2019, o município registrava 46,5 homicídios por 100 mil habitantes, número que caiu para 40,4 em 2020 e para 30,0 em 2021. No entanto, houve um aumento significativo em 2022, atingindo 46,9, seguido por uma expressiva queda em 2023, quando o índice caiu para 23,3, o menor valor da série. Essa variação brusca pode indicar situações pontuais de violência letal em 2022, seguidas de resposta institucional ou estabilização social no ano seguinte (Gráfico 29).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indi-

cador apresentou comportamento mais estável, iniciando com 28,4 em 2019, subindo para 30,8 em 2020, caindo para 25,1 em 2021 e oscilando entre 28,6 (2022) e 28,8 (2023). Já no estado do Pará, a taxa partiu de 39,0 em 2019, caiu para 31,7 em 2020, manteve-se em 31,4 em 2021, subiu para 34,5 em 2022 e caiu para 30,7 em 2023. Comparando os recortes, Capanema se destacou negativamente com índices bem superiores aos da RI e do estado na maior parte do período, apesar da melhora em 2023, o que sugere que a violência letal no município, embora tenha recuado recentemente, ainda exige atenção continuada (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





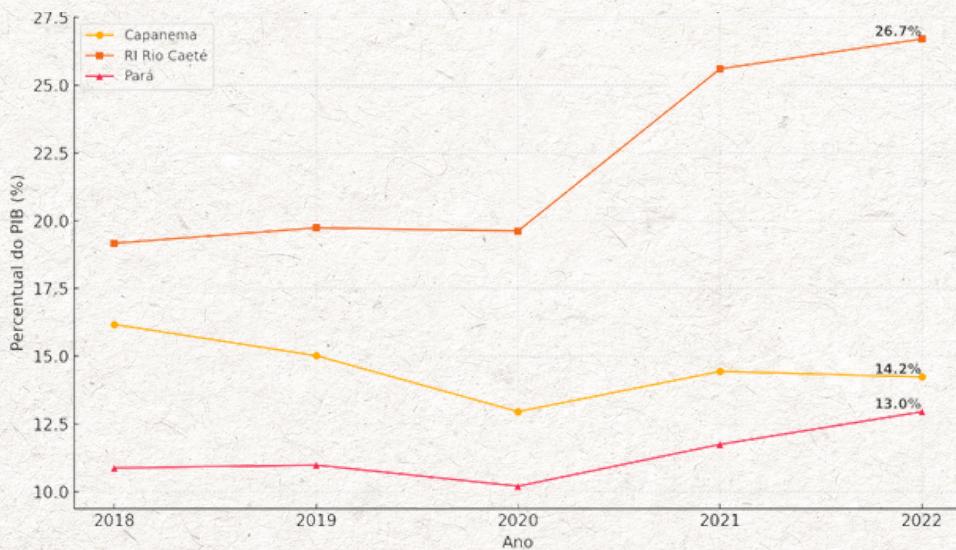
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o gasto público municipal como percentual do PIB em Capanema apresentou variações moderadas. Em 2018, o município registrava 16,2% de seu PIB destinado a gastos públicos, percentual que caiu para 15,0% em 2019 e recuou ainda mais para 13,0% em 2020. Em 2021, houve uma recuperação, atingindo 14,4%, e em 2022 o índice estabilizou-se levemente abaixo, em 14,2%. Essa trajetória revela uma tendência inicial de retração nos investimentos públicos municipais em relação à economia local, seguida de leve recomposição a partir de 2021, possivelmente vinculada a respostas fiscais à pandemia e à retomada econômica (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o com-

portamento foi mais acentuado, com os percentuais subindo de 19,2% em 2018 para 19,7% em 2019 e mantendo-se em 19,6% em 2020. A partir de 2021, houve um salto expressivo para 25,8%, alcançando 26,7% em 2022, revelando expansão da participação do gasto público regional no PIB. Já o estado do Pará registrou trajetória mais estável e contida: de 10,9% em 2018 e 2019, recuando para 10,2% em 2020, com posterior recuperação para 11,8% em 2021 e 13,0% em 2022. Comparativamente, Capanema apresentou valores superiores aos do estado em todo o período, mas inferiores à média da sua RI, evidenciando menor intensidade de participação estatal local frente ao dinamismo da região (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

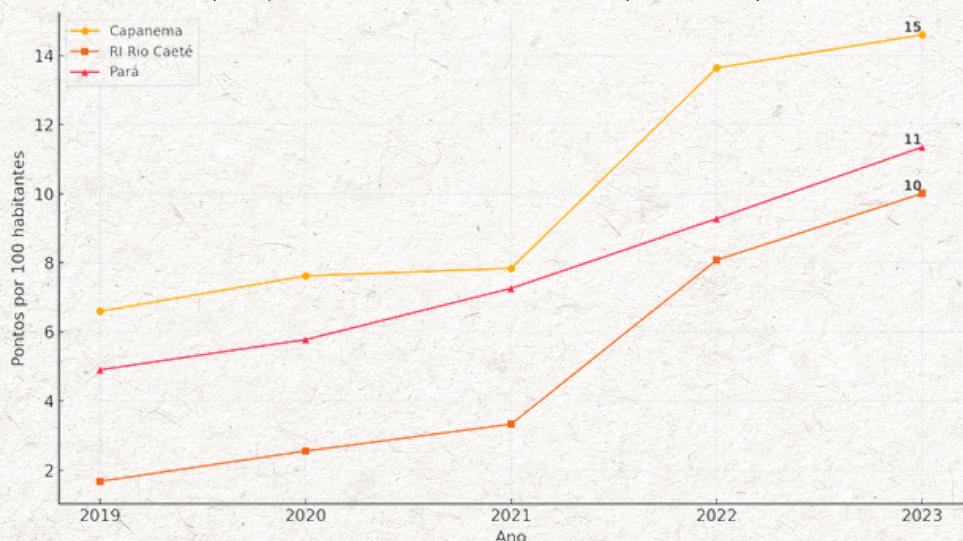


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Capanema apresentou crescimento contínuo e expressivo. Em 2019, o município registrava 6,6 pontos por 100 habitantes, subindo para 7,6 em 2020, 7,8 em 2021, e avançando de forma significativa para 13,7 em 2022. Em 2023, o indicador atingiu 15 pontos, o que representa um crescimento total de aproximadamente 121% no período. Esse comportamento evidencia uma rápida expansão da infraestrutura de conectividade fixa no município, possivelmente impulsionada pela demanda educacional e profissional surgida no contexto da pandemia, bem como por investimentos em digitalização local (Gráfico 31).

Na Região de Integração Rio Caeté, o crescimento também foi expressivo, partindo de 1,6 pontos por 100 habitantes em 2019 para 2,6 em 2020, 3,3 em 2021, 8,0 em 2022 e alcançando 10,0 em 2023. No estado do Pará, o avanço foi de 5,0 em 2019 para 5,8 em 2020, 7,2 em 2021, 9,3 em 2022 e 11,0 em 2023. Comparativamente, Capanema manteve-se sempre à frente da média estadual e regional, principalmente a partir de 2021, quando sua taxa passou a crescer em ritmo mais acelerado. O desempenho do município nesse indicador demonstra maior capilaridade e acesso da população a serviços de internet fixa, superando com folga o progresso verificado nos recortes mais amplos (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

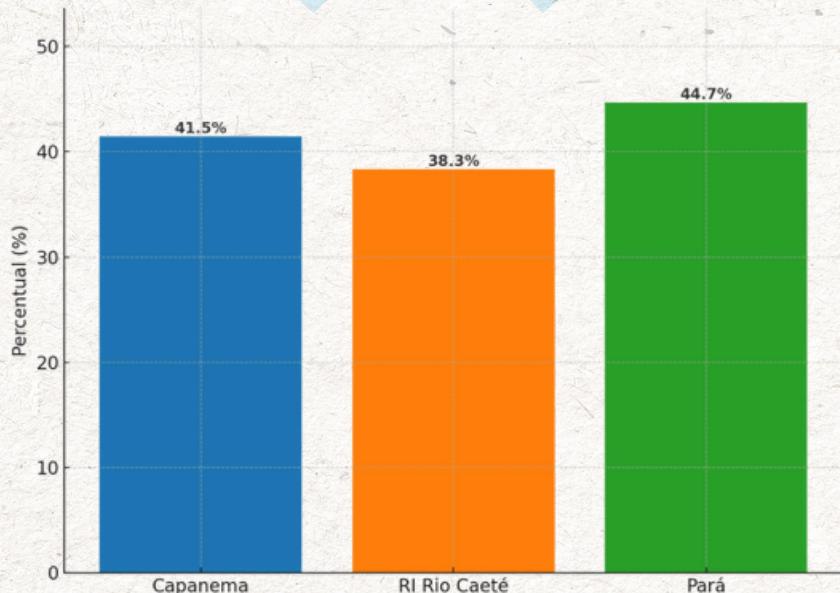
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 8,6 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Capanema** registrou um IDS de **41,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Capanema x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

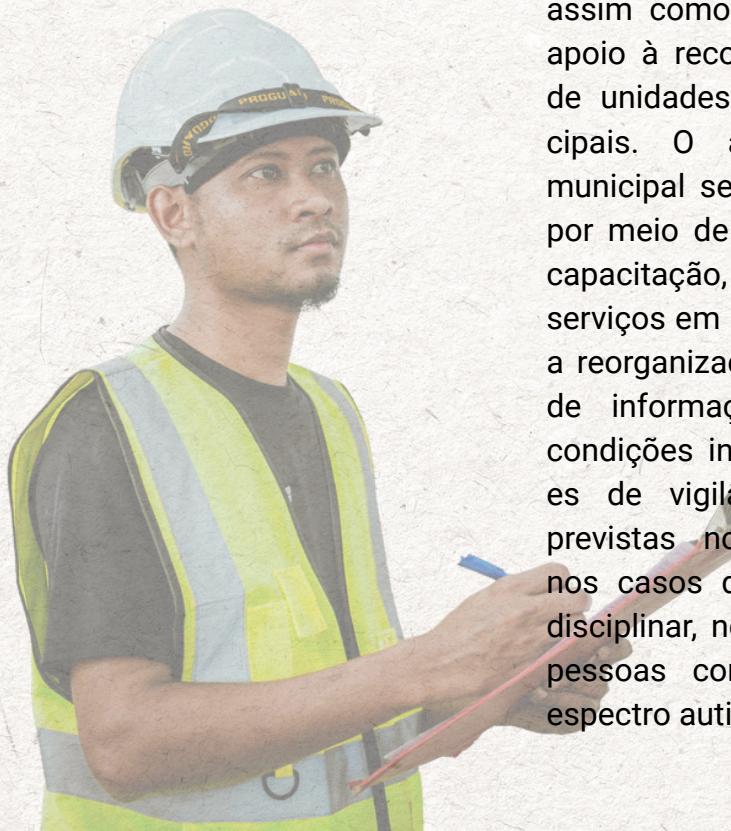
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Capanema na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Capanema e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

